

Apresentação

O câncer do colo do útero é o segundo tumor mais frequente na população feminina brasileira e também a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil. Por ano, faz aproximadamente 5.000 vítimas e apresenta 17.540 novos casos, conforme as estimativas de incidência de câncer do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), válidas para os anos 2012 e 2013.

Apesar de iniciativas pioneiras para o controle desse relevante problema de saúde datarem da primeira metade do século XX, pouco tempo após a divulgação dos trabalhos de Papanicolaou sobre a colpocitologia esfoliativa na detecção precoce do câncer do colo do útero, foi em 1986 que essas ações de controle foram inscritas como prioridade nas políticas nacionais de saúde, quando do debate e publicação pelo Ministério da Saúde (MS) da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

Na década de 1990, com o Programa Viva Mulher, iniciam-se a expansão e interiorização da oferta do exame citopatológico para o rastreamento, culminando, no final da década, com a implantação de um sistema nacional de registro e emissão de laudo, o Siscolo, que permitiu, além da padronização do laudo, acompanhar e avaliar a produção desses exames. Atualmente, registram-se no Siscolo mais de 11 milhões de exames citopatológicos por ano.

Já nos anos 2000, a consolidação da relevância do controle do câncer do colo se manifesta tanto na Política Nacional de Atenção Oncológica (2005) como na inclusão da prevenção desse câncer entre as 11 prioridades da atenção básica para o país com a pactuação das metas do Pacto pela Saúde para cada município e estado da federação.

No entanto, apesar dos avanços obtidos, a efetividade das ações, avaliada pela redução da incidência e da mortalidade por esse câncer, ficou aquém do obtido em países que implantaram o rastreamento de forma organizada e universal, refletindo as iniquidades no acesso das mulheres brasileiras ao rastreamento e ao tratamento das lesões precursoras identificadas e a existência de problemas na qualidade dos serviços ofertados, conforme o Relatório do Grupo de Trabalho Multi-Institucional, definido por portaria ministerial (portaria GM 310/2010) para avaliar o Programa Nacional do Controle do Câncer do Colo do Útero e elaborar propostas para seu aperfeiçoamento técnico e operacional.

As propostas formuladas pelo grupo e amplamente debatidas foram consolidadas no Plano de Fortalecimento da Prevenção, Diagnóstico e Tratamento dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama, lançado pela Presidenta Dilma em março de 2011, em Manaus, como uma das marcas das prioridades do Governo Federal na área da saúde. Na vertente do controle do câncer do colo do útero, os objetivos a alcançar são a garantia de acesso das mulheres de 25 a 64 anos ao rastreamento e a qualificação do diagnóstico e tratamento das lesões cervicais precursoras. Para isso, são previstas iniciativas voltadas para o fortalecimento da gestão, monitoramento e avaliação do Programa; a qualificação das equipes de atenção básica para o rastreamento; a gestão da qualidade dos exames de citopatologia; e a garantia da confirmação diagnóstica e do tratamento das lesões precursoras.

Entre as diferentes iniciativas do Plano, destacam-se, finalizadas ou em andamento, a publicação da revisão com base nas melhores evidências científicas das Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero, realizada pela Força Tarefa constituída pelo MS/INCA em parceria com a Associação Brasileira de Patologia do Trato Genital Inferior e Colposcopia (ABPTGIC), a Federação Brasileira de Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Ginecologia e a Fundação Oswaldo Cruz/Instituto de Referência para a Saúde da Mulher e da Criança Fernandes Figueiras; a construção de um novo sistema de informação para o Programa, o Sistema de Informação de Câncer (SISCAN), via web, que substituirá o SISCOLO, permitindo além de acompanhar e avaliar exames, o acompanhamento individualizado das mulheres sob rastreamento; o fortalecimento das ações nas Regiões Norte e Nordeste, que apresentam maiores iniquidades no acesso ao rastreamento; a formulação e implantação de um Programa Nacional de Qualidade da Citopatologia e a implantação de Centros Qualificadores de Ginecologistas para o diagnóstico e tratamento das lesões precursoras.

Esta edição temática da Revista Brasileira de Cancerologia, dedicada a promover e disseminar a produção do conhecimento sobre o câncer do colo do útero, representa mais uma contribuição dos diversos autores e do INCA para o sucesso desse Plano.

Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva

Diretor-Geral

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva